

# ADRAT

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO  
DA REGIÃO DO ALTO TÂMEGA

## ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

### GAL ADRAT 2030



Agosto 2023

## Estratégia de Desenvolvimento Local

NOME BENEFICIÁRIO	ADRAT – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega
NIFAP	7169245
DESIGNAÇÃO	Estratégia de Desenvolvimento Local do Alto Tâmega e Barroso
OPERAÇÃO	<b>10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL</b>

### 1. Enquadramento

Após mais de trinta anos a promover o desenvolvimento local do Alto Tâmega e Barroso, a ADRAT, Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega, pretende apresentar mais uma Estratégia de Desenvolvimento Local para este território, desta vez destinada prioritariamente para o período 2023-2030. Esta EDL resulta de uma observação cuidada da realidade do território abrangido, constituído pelos municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e, muito importante, da confrontação com essa realidade por parte dos atores locais, parceiros de todo este processo, pretendendo-se, por isso, obter um diagnóstico participado e, consequentemente promover uma discussão aberta sobre o futuro das nossas comunidades rurais.

### 2. Caraterização do território

Como já foi mencionado, esta Estratégia de Desenvolvimento Local abrange os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.



É importante mencionar que no Município de Chaves se observa a existência de nove freguesias que são consideradas como “não rurais”. Todavia, foi entendido e aprovado pela parceria a inclusão destas freguesias nesta EDL, pois é evidente a sua ruralidade, visível quer na morfologia e utilização do solo, quer na quantidade de agentes agrícolas aí sediados, demonstrando perfeitamente a vitalidade agrícola destas freguesias e, também, a importância da sua inclusão para explicar toda a dinâmica rural de todo o Alto Tâmega e Barroso.

Municípios	Área	População Residente	Densidade Populacional
Alto Tâmega e Barroso	2 922 km <sup>2</sup>	84.248	28,83
Boticas	322 km <sup>2</sup>	5.000	15,3
Chaves	591 km <sup>2</sup>	37.590	63,2
Montalegre	805 km <sup>2</sup>	9.261	11,4
Valpaços	549 km <sup>2</sup>	14.701	26,5
Vila Pouca de Aguiar	437 km <sup>2</sup>	11.812	26,9
<b>Total EDL</b>	<b>2.704 km<sup>2</sup></b>	<b>78.364</b>	<b>23,8</b>

Fonte: Pordata CENSOS 2021

### 3. Caracterização da parceria

Em relação ao período de programação anterior não se verificam grandes alterações no quadro da parceria criado em torno do GAL ADRAT, observando-se, somente o desaparecimento definitivo de algumas organizações, mas constatando-se, por outro lado, a vontade de outras organizações em se associarem a esta parceria da EDL do Alto Tâmega e Barroso. A parceria liderada pela ADRAT envolve um conjunto de entidades, com âmbito de intervenção local, regional ou sub-regional, garantindo uma elevada cobertura quer do espaço territorial abrangido, quer das áreas socioeconómicas essenciais do território. Estão presentes entidades públicas de natureza governativa local e privadas de várias formas jurídicas e âmbitos de intervenção: Associações (setores agrícola, pecuário, florestal, turismo, cultural, ensino, formação, ambiente, investigação e desenvolvimento), Cooperativas (setores agrícola, formação, serviços e cultural), IPSS e PME. Assim, a parceria que aqui se apresenta é constituída pelo corpo associativo da ADRAT, verificando-se, todavia, a adesão de mais quatro instituições (CIMAT, ACISAT, Eurocidade Chaves-Verin e CoLab Aquavalor) que, não podendo ser associadas, têm participado e manifestaram querer continuar a participar, ativamente, em todo o processo de implementação desta EDL.

No final, as entidades privadas representam a grande maioria da parceria e não há nenhum grupo de interesse específico com posição maioritária, o que confere maior coesão e equilíbrio no que diz respeito à tomada de decisões.

Em relação à forma como se pretende vir a implementar este Plano de Ação, esta será baseada no modelo de governação promovido pela ADRAT, enquanto instituição estatutária e organização certificada ao nível da qualidade, da formação, da rede nacional de incubadoras e pelo IEFP, adaptando-se às especificidades decorrentes do reconhecimento enquanto Grupo de Ação Local da forma a seguir descrita.

O GAL ADRAT é constituído pelo seu Órgão de Gestão e pela equipa técnica. Neste sentido, a equipa técnica terá um papel operacional de implementação da EDL no terreno, cabendo ao Órgão de Gestão realizar um trabalho de monitorização e acompanhamento, bem como de gestão da atividade do GAL. Com o intuito de fomentar a participação dos atores regionais e chamar ao processo entidades com know-how que incorporem mais-valias na atuação do GAL ADRAT, será constituído um Conselho Consultivo, composto por agentes relevantes que atuam no território que em termos governativos, quer em termos de organizações relacionadas com o ensino e a investigação, bem como outras entidades que atuem na região.

O Órgão de Gestão reunirá com uma periodicidade mínima de uma vez por mês, para realizar um acompanhamento mais real da atuação do GAL, sendo que este chamará ao processo o Conselho Consultivo, sempre que entender necessário.

A equipa técnica do GAL ADRAT, atuará em conformidade legal, devendo responder diretamente ao seu coordenador que, por sua vez, responderá ao Órgão de Gestão.

Esta organização governativa, permite isenção, rigor e articulação com todos os agentes envolvidos de modo consistente e participado.

## 4. Diagnóstico da situação do território de intervenção

### População

Na área de intervenção residem cerca de 78 mil habitantes, com uma densidade populacional de 23,8 hab/km<sup>2</sup> tendo vindo a registar-se um decréscimo contínuo nos últimos anos. O território perdeu cerca de 10% de população (censos 2021), devendo-se a vários fatores, sendo o que tem mais peso é o saldo natural, com uma diminuição de nascimentos (desceu de 5,6 em 2011 para 4,6 em 2021) e aumento de óbitos (subiu de 13,4 em 2011 para 15,6 em 2021), verificando-se que a taxa de mortalidade não compensa a diminuição da taxa de natalidade. Contribui também para a perda de população o êxodo rural, apesar de que comparativamente aos últimos censos este número sofre uma queda acentuada (em 2011 – 49,1% e em 2021 – 14,4%).

Na última década o índice de envelhecimento registado no Alto Tâmega e Barroso tem vindo a agravar-se. Esta evolução indicia outro fenómeno demográfico grave: a inversão da pirâmide etária. O índice de envelhecimento médio é de 376,6 (idosos por cada jovem), que comparado com a média da Região Norte (180,8) e de Portugal (178,4) é superior. Importa referir que a população estrangeira residente no território teve um ligeiro aumento de 1,1% em 2011 para 1,7% em 2021, mas que não é suficiente para fazer face à perda de população.

A faixa etária que mais população perdeu foi a faixa dos 15-64 anos, que em 2011 era de 53.494 e em 2021 de 43.489, havendo aqui uma quebra relevante na população ativa (15-64 anos) do território.

## População por grupo etário

Municípios	0-14	15-64	65
Alto Tâmega e Barroso	9%	56%	35%
Boticas	9%	54%	37%
Chaves	10%	58%	32%
Montalegre	8%	53%	40%
Valpaços	8%	51%	40%
Vila Pouca de Aguiar	9%	57%	35%

Fonte: Pordata CENSOS 2021

## Saldos populacionais

	Total		Natural		Migratório	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Alto Tâmega	100	100	50,9	85,6	49,1	14,4
Boticas	100	100	37	77,5	63	22,5
Chaves	100	100	55	95,1	45	4,9
Montalegre	100	100	47,8	77,8	52,2	22,2
Valpaços	100	100	70,1	82	29,9	18
Vila Pouca de Aguiar	100	100	47,9	69,1	52,1	30,9

Fonte: Pordata CENSOS 2021

## Índice de Envelhecimento

	2021
Portugal	182,1
Norte	184,1
Alto Tâmega	383,9
Boticas	435,4
Chaves	323,5
Montalegre	535,9
Valpaços	495,8
Vila Pouca de Aguiar	400,2

Fonte: Pordata CENSOS 2021

## População estrangeira com estatuto de residente legal (%)

	Total	
	2011	2021
Alto Tâmega	1,1	1,7
Boticas	0,5	1,1
Chaves	1,4	1,9
Montalegre	0,7	1,1
Valpaços	1,5	1,3
Vila Pouca de Aguiar	0,9	1,8

Fonte: Pordata CENSOS 2021

## Economia e Emprego

A atividade empresarial tem vindo a registar uma forte dinâmica: em 2021 existiam 13.333 empresas no Alto Tâmega, face às 8.226 existentes em 2011, mesmo atravessando um período particularmente difícil em 2020 provocado por todas as restrições provocadas pela pandemia, alterações legais e mesmo a guerra na Ucrânia. Relativamente ao PIB de 2021 podemos afirmar que não se registou um aumento significativo do PIB da região, comparativamente à região Norte ainda que o Alto Tâmega e Barroso tenha tido um aumento entre 2011 (1.020.080€) e 2021 (1.162.341€). Houve uma descida na população ativa de 2011 (31.999) para 2021 (27.847) o que vai de encontro à tendência de envelhecimento da população do território. A nível de importações verificou-se um aumento desde os últimos censos (de 49.312.160,00€ em 2011 para 67.644.422,00€ em 2021), e as exportações acompanharam este ritmo, também aumentando no mesmo período (de 32.456.157,00€ em 2011 para 61.780.432,00€).

O número total de empregados na região desceu entre 2011 (17.411) e 2021 (14.831). Se analisarmos por setor de atividade económica, verificamos que o setor terciário emprega a grande maioria dos trabalhadores. Estes números não estão em consonância com o número total de inscritos no centro de emprego, que desceu de 5.437 para 2.959 no espaço de 10 anos, levando-nos a concluir que esta descida está relacionada com a falta de população ativa e o envelhecimento da população.

É evidente uma forte presença do setor primário na economia regional, com uma oferta alargada de produtos de qualidade reconhecida como as raças autóctones do Barrosão e Maronês, fumeiro do Barroso, castanha, mel, azeite, vinho, pastel de Chaves e foliar de Valpaços, todos com denominação DOP ou IGP.

Não deve deixar de se referenciar o peso do turismo (rural e não rural) no seio da economia regional, bem como o termalismo e todo o turismo associado ao setor da água e bem-estar.

## Quadro População Ativa

Anos	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	± 2011	2021	± 2011	2021	± 2011	2021
Alto Tâmega	± 34.464	29.988	± 19.702	15.947	± 14.762	14.041
Boticas	± 1.975	1.762	± 1.140	942	± 835	820
Chaves	± 16.363	14.329	± 8.942	7.373	± 7.421	6.956
Montalegre	± 3.485	3.160	± 2.073	1.771	± 1.412	1.389
Valpaços	± 5.329	4.332	± 3.255	2.348	± 2.074	1.984
Vila Pouca de Aguiar	± 4.847	4.264	± 2.842	2.328	± 2.005	1.936

Fonte: Pordata CENSOS 2021

## População empregada segundo os Censos: total e por setor de atividade económica

Anos	Total		Primário		Secundário		Terciário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Alto Tâmega	29.832	27.612	3.715	2.406	6.552	5.786	19.565	19.420
Boticas	1.794	1.661	319	232	568	480	907	949
Chaves	13.995	13.117	872	551	2.712	2.476	10.411	10.090
Montalegre	3.098	2.931	692	585	604	512	1.802	1.834
Valpaços	4.686	4.038	1.044	523	907	746	2.735	2.769
Vila Pouca de Aguiar	4.178	3.895	437	312	1.199	1.063	2.542	2.520

Fonte: Pordata CENSOS 2021

## PIB Alto Tâmega e Barroso

	2011	2021
Portugal	176.096.171	Pro 214.470.702
Norte	49.832.686	Pro 64.708.553
Alto Tâmega	1.020.080	Pro 1.162.341

Fonte: Pordata CENSOS 2021

## Explorações agrícolas segundo os Censos: total e por forma de exploração

Anos	Total		Conta própria		Arrendamento		Outras formas	
	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Alto Tâmega	14.449	14.563	14.229	14.406	905	204	1.041	537
Boticas	1.177	1.065	1.175	1.040	39	3	6	37
Chaves	4.147	3.914	4.068	3.883	376	81	371	159
Montalegre	2.410	2.517	2.376	2.491	147	54	214	92
Valpaços	4.474	4.682	4.446	4.667	111	25	155	66
Vila Pouca de Aguiar	1.599	1.788	1.579	1.754	166	37	157	109

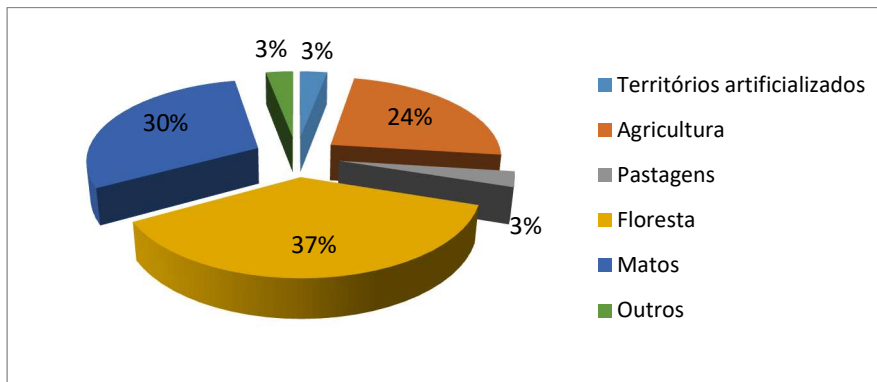
Fonte: Pordata CENSOS 2021

## Valor dos bens importados e exportados pelas empresas

	Importações		Exportações	
	2011	2021	2011	2021
Alto Tâmega	50.005.723	70.906.967	33.458.319	64.333.679
Boticas	2.501.800	2.744.248	1.866.825	1.312.703
Chaves	39.280.954	49.097.383	20.321.297	32.540.575
Montalegre	2.664.500	1.644.545	1.262.482	542.958
Valpaços	343.587	4.213.449	4.962.713	13.359.837
Vila Pouca de Aguiar	4.521.319	9.944.797	4.042.840	14.024.359

Fonte: Pordata CENSOS 2021

## Ocupação dos solos



Fonte: Estratégia de Desenvolvimento do Norte para o período de programação 2021-27 das políticas da União Europeia (2018)

## Recursos Naturais e Culturais

Existe uma elevada diversidade biológica e geológica, com zonas classificadas da Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, Reserva da Biosfera da UNESCO e sítio GIAHS/SIPAM do Barroso. Desde logo, nunca nos poderemos esquecer que estamos a falar de um território reconhecido como território da água, o que demonstra a importância que é dada a todos os ativos naturais.

A diversidade cultural tem práticas ancestrais e há elementos patrimoniais classificados como Monumentos Nacionais. O património vernacular está associado aos recursos naturais e à adaptação ao meio, marcos miliários romanos, lagares rupestres e outras iniciativas imateriais de promoção da identidade local.

Existe algum desconhecimento na região sobre os valores naturais e paisagísticos, ampliado pela baixa intensidade de gestão florestal e assim, menor valorização social. A água tem algum uso deficiente por falta de avaliação das carências para fins agrícolas, industriais e de consumo. Os ecossistemas agroflorestais multifuncionais são importantes para a adaptação às alterações climáticas.

Uma maior visibilidade cultural apoiará a fixação da população, e o estudo do património cultural reforçará a identidade e a inovação social.

O envelhecimento e diminuição da população reduz práticas tradicionais e o seu conhecimento, agravado pela fraca capacidade de desenvolvimento profissional assente na cultura e pelo carácter de resistência à mudança e à aprendizagem.

## Produção e Infraestruturas e Serviços Básicos

Verifica-se a existência de organizações setoriais e mercados locais periódicos e com regulamentação própria, tal como produtos locais certificados e com tradição de produção e de consumo local.

Existem várias estruturas de produção energética, com base em fontes renováveis, incluindo em edifícios públicos.

As boas ligações nacionais e internacionais por autoestradas, permitem a conexão a infraestruturas de instalação empresarial dos vários concelhos, ainda que haja uma grande dependência da mobilidade rodoviária e total ausência de transporte ferroviário. Atualmente o território observa um crescimento quantitativo e qualitativo das áreas de acolhimento empresarial, incluindo incubadoras estimulando a fixação/instalação e criação de novos negócios.

Observa-se, igualmente, a existência de um Laboratório Colaborativo, no âmbito das águas minerais e dos produtos agroalimentares – AQUAVALOR, fomentando a inovação e o desenvolvimento sobre os recursos do território e a capacidade de atração de conhecimento.

O tecido empresarial é dominado por microempresas, mantendo-se uma reduzida capacidade transformadora de alguns dos produtos emblemáticos da região e relativa ausência de estruturas coletivas para recolha e comercialização de produtos.

A existência, em regiões limítrofes, de entidades de investigação científica com méritos reconhecidos, as comunidades da diáspora e tendências de migração, associadas ao trabalho à distância, poderão favorecer a criação de novas empresas.

As tendências globais de consumo baseadas nos critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, poderão mitigar os efeitos do aumento do custo de vida, incluindo dos produtos alimentares e dos serviços básicos.

Embora se verifique a extinção de alguns serviços públicos, o setor social tem sido alvo de alguns importantes investimentos de forma a dar resposta o impacto do envelhecimento populacional.

## **Transição Energética e Digital**

O território de intervenção tem vindo a implementar projetos de índole energética, de forma a usufruírem de poupanças energéticas significativas e com uma redução dos níveis de carbono. Assim, através de vários projetos, candidatados pelos municípios da região, foram instalados em diversos edifícios públicos painéis fotovoltaicos para autoconsumo, com o intuito de converter os seus sistemas energéticos, diminuir o consumo final de energia da administração local e contribuir para a redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos. Verificam-se, igualmente, alguns investimentos privados relativos à inclusão de tecnologias e estruturas que potenciem a eficiência energética.

Relativamente ao aproveitamento energético dos rios e seus afluentes, ao longo destes, podemos encontrar várias estruturas de aproveitamento hídrico. Para além das já existentes estão, ainda, em fase de conclusão mais três centrais hidroelétricas, no que é considerado como um dos complexos hidroelétricos mais inovadores e de maior dimensão da Europa. Importa ainda referir, que a região tem em curso um projeto inovador em que algumas freguesias receberem uma central de produção de energia fotovoltaica que permitirá às comunidades locais usufruírem de energia verde, com um desconto significativo, relativamente ao custo da energia da rede. Esta iniciativa, que envolveu as comunidades locais de várias aldeias, faz parte do programa “100 Aldeias” – premiado com o Prémio de Inovação Social Power Technology Excellence Awards, na categoria de “Impacto Social”.

## Sustentabilidade e Clima

Observa-se uma tendência de aumento regional da produção em Modo de Produção Biológico (MPB) e de Proteção Integrada (PI), com processos que contribuem para a circularidade da produção.

Foi elaborado o Plano Intermunicipal de Adaptação as Alterações Climáticas, que privilegia intervenções concertadas com diversos atores no sentido de partilhar informação e aplicar medidas de apoio à mitigação das alterações climáticas. Deve referir-se que a reduzida motivação e capacitação para a implementação de ações, com vista à adaptação às Alterações climáticas também influencia a baixa eficiência na utilização da água para rega e no transporte e fornecimento de água das redes.

A região está classificada como “Bioregião do Alto Tâmega e Barroso”, que consideramos ser uma oportunidade, visto que se verifica uma crescente procura de produtos locais que potencia o crescimento dos setores agrícola e agroalimentar.

O Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável – Horizonte 2025 (PABS), que pretende acelerar a transição para um modelo de bioeconomia sustentável e circular, pode acelerar a utilização de culturas agrícolas para usos não tradicionais (energia, cosmética, farmácia, etc.) e até a possibilidade de produção de culturas, anteriormente não adaptáveis ao clima da região.

A possível falha da implementação do PIAAC-AT poderá aumentar o risco de incêndio, resultante do abandono agrícola e florestal e os fenómenos extremos e prolongados (secas, inundações, tempestades, incêndios), que são algumas das principais ameaças regionais.

## Governança local, Inovação Social, Cidadania e Sociedade Civil

Desde logo importa referir que todo este ponto se encontra profundamente marcado por três fatores indiscutíveis: a desertificação humana do território, o processo de alteração administrativa em curso e a digitalização generalizada.

Naturalmente e de forma inexorável que o processo de desertificação humana e todas as suas consequências, se reflete, também, ao nível das dinâmicas da sociedade civil, com uma estagnação evidente dos processos participativos e de animação de base local. Verifica-se, assim, uma necessidade constante de implementar processos de estímulo à participação e à animação social e cultural, registando-se o perigo de perda de capacidades identitárias e constrangimentos a práticas de uma saudável cidadania. Este processo de desertificação tem promovido, por outro lado, a necessidade de, constantemente, se procurarem novas soluções, recorrendo, muitas vezes, ao potencial facilitador do digital, favorecendo o acesso a serviços e apoios a uma melhor qualidade de vida. O declínio de população tem provocado, também, uma perda de serviços alojados no território, alguns com impactos preocupantes como o que se verifica na saúde, ou, por exemplo, nos serviços de apoio aos serviços agrícolas. Esta situação poderá ser uma oportunidade para o surgimento de soluções inovadoras de apoio. Por outro lado, o processo de reorganização e descentralização administrativa com a passagem de muitas competências para o poder local, nomeadamente através da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, trouxe para o território novas

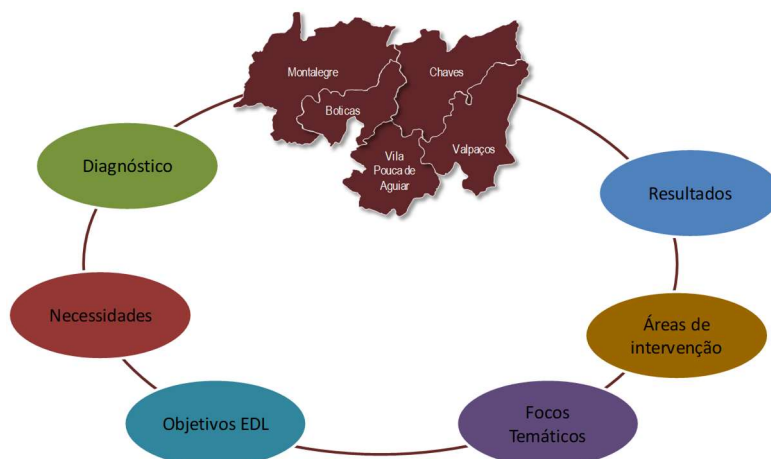
competências e capacidades que acarretam, igualmente, uma maior responsabilidade que importa partilhar com toda a sociedade civil.

É extremamente importante reforçar que este diagnóstico do território abrangido por esta EDL foi realizado com base em todo o trabalho de levantamento e constatação de informação passível de ser obtida, confrontando-a com todo o conhecimento obtido e resultante da proximidade existente com as comunidades locais. Neste diagnóstico pretendeu-se, essencialmente, obter informações e realizar uma análise muito objetiva sobre a população, de forma a constatar as consequências de todo o processo de desertificação, o estado do emprego e da economia, a produção local, os serviços básicos e as infraestruturas, a transição energética e digital, a governança local, a inovação social, cidadania e organização da sociedade civil e, muito importante, a sustentabilidade ambiental e as alterações climáticas. No quadro seguinte é apresentada uma SWOT que aborda a situação atual do território de intervenção.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Presença e diversidade de elementos de património natural e cultural; Forte presença do setor primário; Dinâmica da indústria extrativa; Posição geoestratégica privilegiada; Qualidade das acessibilidades; Recurso hídrico; Recursos florestais; Laboratório Colaborativo Aquavalor.	População envelhecida; Modelo de povoamento e estruturação difuso e descontínuo; Dificuldades de valorização económica; Perfil de emprego pouco qualificado; Reduzida dinâmica empresarial; Rede de transportes interna desajustada; Ausência de estratégia de comunicação; Deficit de sentimento de região/identidade.
Oportunidades	Ameaças
Reforço do papel das instituições; Disponibilidade de recursos e crescente procura de produtos; Cultura de cooperação transfronteiriça; Valorização das externalidades positivas; Valorização através da gestão da paisagem; Digitalização como fator de inovação.	Perda populacional e tendência para o envelhecimento; Deslocalização de serviços públicos e conseqüente redução dos níveis de cobertura dos mesmos; Processos produtivos com fracas exigências ambientais; Avanço das alterações climáticas; Desertificação territorial; Digitalização como fator de vulgarização.

## 5. Identificação dos desafios a que a parceria pretende dar resposta através da implementação da EDL

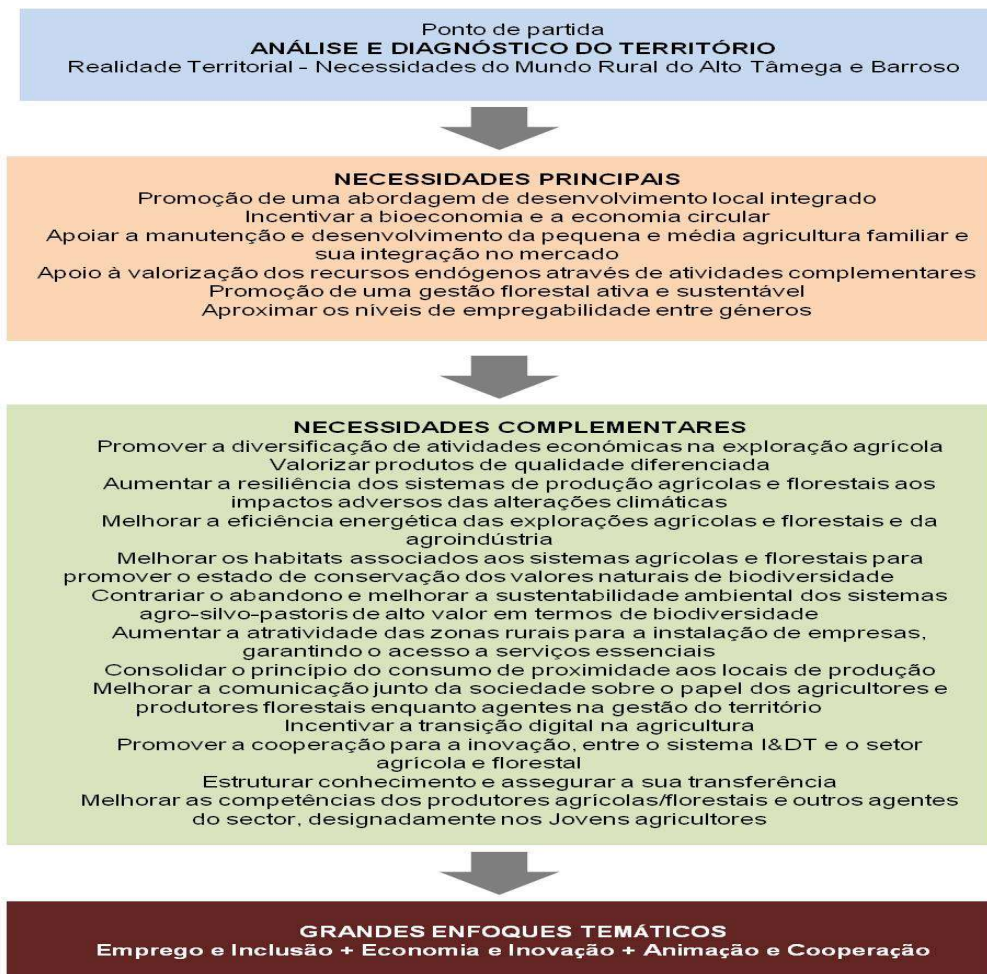
O ponto de partida para a construção desta Estratégia de Desenvolvimento Local do Alto Tâmega e Barroso estará alicerçado na observação, auscultação e constatação das necessidades do território para se conseguir um processo de desenvolvimento equilibrado, integrado e sustentado. Serão estas necessidades, devidamente reconhecidas e validadas, que irão determinar a obtenção de uma visão do que se pretende com esta ELD, dos desafios existentes, transformados, através de uma definição muito realista, nas áreas de intervenção e nos objetivos a alcançar.



Pretende-se, desta forma, dar resposta aos desafios traçados, concentrando-nos nos enfoques temáticos que se adequam mais às necessidades sentidas pelo território, com a perfeita noção de que haverá alguns aos quais imputaremos um maior peso participativo no âmbito desta estratégia e outros em que, não havendo aqui tanta capacidade financeira e participativa, deixaremos para possível articulação com outros programas.

Sendo o ponto de partida as necessidades observadas para o território, no final, serão essas necessidades a determinar os enfoques temáticos onde se irá verter a intervenção, tendo em conta um dos objetivos gerais do PEPAC visando reforçar o tecido socioeconómico das zonas rurais, promovendo “o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no sector da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bio economia circular e uma silvicultura sustentável” (Objetivo Especifico 8 do PEPAC), devendo, também, ser levado em conta o Objetivo Transversal do PEPAC de “modernização do setor através da promoção e da partilha de conhecimento, da inovação e da digitalização da agricultura e das zonas rurais”.

Assim, foram definidos três enfoques temáticos para esta Estratégia de Desenvolvimento Local do Alto Tâmega e Barroso: **Emprego e Inclusão, Economia e Inovação e Animação e Cooperação.**



## 6. Envolvimento das comunidades locais

A ADRAT não pode deixar de ter em conta que o mundo rural (atividades agroflorestais, economia rural, cultura e património tradicionais, paisagem, recursos endógenos...) é o seu meio natural de intervenção e que as suas ações devem privilegiar o trabalho em proximidade com os atores, funcionando como elemento agregador e catalisador de vontades e de energias a partir do terreno, em favor da construção de um território mais resiliente em termos ambientais, sociais e económicos.

Toda a atividade desenvolvida pela ADRAT, assenta numa elevada articulação com todo o território, num envolvimento profundo e ativo com as comunidades locais, com muito trabalho no terreno de grande proximidade. Neste sentido a ADRAT levou a cabo vários momentos de reflexão acerca dos desafios e objetivos da nova estratégia. Estes momentos de reflexão têm vindo a ser desenvolvidos desde 2019, de modo descentralizado, tendo sido realizados nos vários municípios, com o intuito de conseguir um maior envolvimento e maior participação da comunidade local. Para além destes eventos e momentos de auscultação houve também um elevado número de

atendimentos, reuniões, sessões de trabalho e seminários realizados em todos os municípios (evidências no formulário - documentos de suporte à candidatura).

Não deve deixar de se referir a importância de todo o trabalho de atendimento personalizado que é realizado diariamente, facilitador de uma proximidade com a comunidade local e desta com toda a rede ao serviço do desenvolvimento local.

## **7. Articulação da EDL com as diferentes estratégias regionais e sub-regionais**

Considerando a ambição de desenhar e implementar uma estratégia que contribua, significativamente, para o desenvolvimento sustentado, equilibrado e integrado do território do Alto Tâmega e Barroso, faz todo o sentido que esta EDL esteja continuamente articulada com todos os programas, projetos e quaisquer iniciativas para o desenvolvimento que se realizem na região e, conseqüentemente, com todas as instituições responsáveis por esses processos.

Relativamente à articulação da EDL com as estratégias regionais, ao longo de toda a sua história a ADRAT tem promovido a sua atuação em constante articulação com as políticas de desenvolvimento regional com impacto no território, nomeadamente aquelas que são emanadas pelo Ministério da Agricultura e Alimentação e pelo Ministério da Coesão Territorial. Em relação ao primeiro, existe, desde logo, uma articulação formal por via da execução desta Estratégia de Desenvolvimento Local do Alto Tâmega e Barroso, resultante da figura DLBC, Desenvolvimento Local de Base Comunitária, apoiada pelo FEADER através do Eixo D, Abordagem Territorial Integrada, Domínio D1, do PEPAC e que se baseia na abordagem LEADER.

Além disso, através da constante articulação e proximidade existente com a DRAPN, será plausível que o GAL ADRAT venha a ser envolvido em outras áreas de intervenção do PEPAC, como aliás já acontece com o Gabinete Local de Acompanhamento da Região do Barroso resultante da classificação SIPAM/GIAHS do Barroso, coordenado pela ADRAT. Em relação ao Ministério da Coesão Territorial é natural que a atividade desenvolvida pela ADRAT mantenha uma ligação histórica com a CCDRN, nomeadamente através das medidas do NORTE2030, onde importa realçar a responsabilidade da ADRAT na implementação da EEC PROVERE AQUANATUR nos dois últimos quadros comunitários. Ainda no âmbito deste Ministério, não podemos deixar de referir a importância que os diversos programas de cooperação territorial, como o POCTEP e o SUDOE tiveram no desempenho desta associação.

É também extremamente importante referir o trabalho permanente que a ADRAT tem vindo a desenvolver em articulação com o IEFP, IP recentemente visível através da dinamização e implementação do programa Empreende XXI, mas também como Entidade Prestadora de Apoio Técnico e da formação profissional e, já noutra campo, do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes.

Não podemos encerrar este ponto sem deixar de referir o importante trabalho que a ADRAT tem vindo a desenvolver em conjunto com a entidade Turismo Porto e Norte.

Focando-nos no âmbito sub-regional, contendo os cinco municípios referidos anteriormente e que abrangem a quase totalidade da NUTIII do Alto Tâmega e Barroso, podemos afirmar que a ADRAT está envolvida em praticamente todas as áreas de intervenção do processo de desenvolvimento deste território, desde logo através de uma

total articulação com a CIMAT, existindo uma profícua concertação ao nível de definição estratégica, dinamização territorial e implementação de projetos.

Aliás, nos preâmbulos do período de preparação deste quadro programático, foi elaborado um documento referente ao “Reposicionamento da ADRAT no Quadro Institucional Regional” onde se definiam as áreas de atuação da ADRAT e da CIMAT, documento que foi validado pelas duas instituições. Neste sentido, a ADRAT tem participado na definição da Estratégia 2030 do território abrangido por esta NUTIII, na Rede Regional de Apoio ao Empreendedorismo do Alto Tâmega, e, muito importante, tem articulado com a CIMAT muitas atividades e projetos em torno da Bioregião do Alto Tâmega. Este trabalho desenvolvido em conjunto com a Bioregião tem tido um apoio relevante de todos os serviços desconcentrados do Ministério da Agricultura e dos municípios, extensível ao trabalho desenvolvido no âmbito do projeto “Alimentação Segura no Alto Tâmega e Barroso” resultante do PNAES, Plano Nacional de Alimentação Equilibrada e Saudável. Dentro desta articulação com a DRAPN e os seus serviços locais, temos que referir todo o trabalho desenvolvido no contexto da classificação SIPAM/GIAHS do Barroso, nomeadamente através do GLA do Barroso.

Depois, parece-nos muito importante referir a valiosa cooperação com o Instituto Politécnico de Bragança, com quem a ADRAT tem vindo a desenvolver uma série muito interessante de projetos e outras iniciativas, como por exemplo a “Rede de Inovação Rural do Alto Tâmega”, ou então a dinamização conjunta de uma Antena de Informação Europeia do Centro Europe Direct.

Referir que esta profunda articulação do trabalho desenvolvido pela ADRAT com as diversas estratégias, projetos e outras iniciativas locais em prol do desenvolvimento do território do Alto Tâmega e Barroso, é visível através dos inúmeros atos formais e informais de cooperação e participação institucional, devendo, ainda, ser sinalizada a quantidade assinalável de protocolos de cooperação, acordos e contratos para implementação de projetos, subscritos pela ADRAT, demonstrativos do reconhecimento da capacidade técnica e da representatividade desta organização.

## 8. Definição das áreas de intervenção da EDL

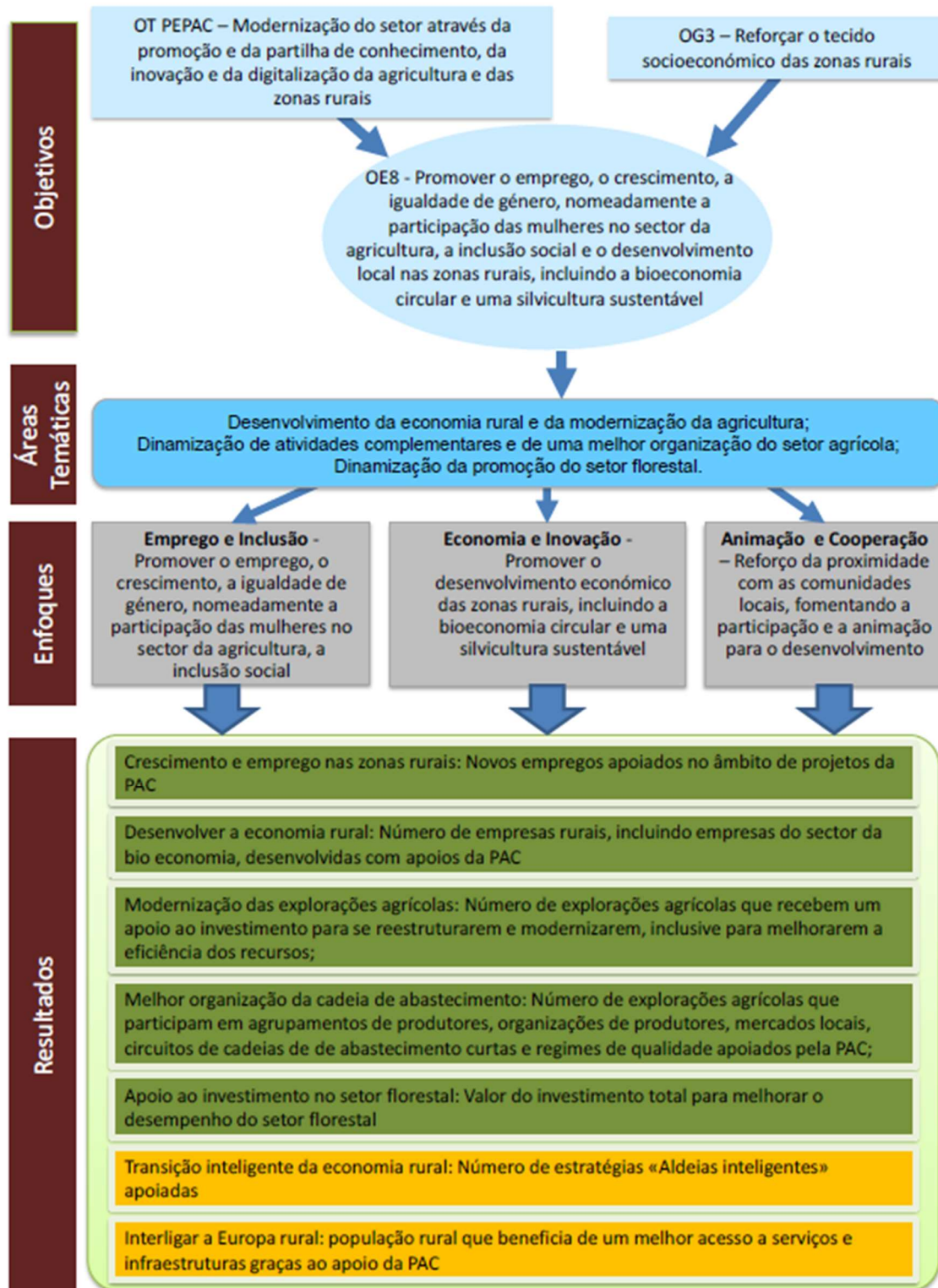
Como já foi referido, tendo em conta todos os pressupostos regulamentares, o diagnóstico sustentado do território e transformadas as necessidades em objetivos, foram definidos três enfoques temáticos de intervenção para esta Estratégia de Desenvolvimento Local do Alto Tâmega e Barroso: **Emprego e Inclusão, Economia e Inovação e Animação e Cooperação.**

Estes enfoques temáticos conduzirão à obtenção de resultados em áreas de intervenção como o desenvolvimento da economia rural, da modernização da agricultura, da dinamização de atividades complementares, de uma melhor organização do setor agrícola e da promoção do setor florestal.

Será com a intervenção nestas áreas, através de medidas que venham a ser desenhadas especificamente para esse fim, que se pretendem alcançar resultados como um maior número de empresas rurais desenvolvidas, mais explorações agrícolas a participar em organizações de produtores, nos mercados locais ou em circuitos de cadeias de abastecimento curtas e um maior apoio ao desempenho do setor florestal.

# ADRAT

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO  
DA REGIÃO DO ALTO TÂMEGA



## 9. Plano de Ação

Definidas as áreas de intervenção desta Estratégia de Desenvolvimento Local, pretende-se, de uma forma muito pragmática, transformar estas áreas e os respetivos resultados esperados em futuras medidas de intervenção

No final, obtém-se uma matriz orientadora de quais as áreas de intervenção privilegiadas e que, na definição final do plano de ação determinarão as medidas de apoio ao mundo rural do Alto Tâmega e Barroso.

Resultados Esperados	Enfoques			
	Emprego e Inclusão	Economia e Inovação	Animação e Cooperação	Total %
R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC;	10%	10%	0%	20%
R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC;	10%	10%	0%	20%
R.9 - Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos;	5%	15%	5%	25%
R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC;	5%	10%	10%	25%
R.18 - Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal;	0%	10%	0%	10%
R. 40 - Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas;	0%	0%	0%	0%
R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC;	0%	0%	0%	0%
<b>TOTAL por enfoque</b>	<b>30%</b>	<b>55%</b>	<b>15%</b>	<b>100%</b>

## Tipologia de Medidas e seu enquadramento

Medidas Previstas	Resultados Esperados	Emprego e Inclusão	Enfoques	
			Economia e Inovação	Animação e Cooperação
Pequenos investimentos	R37; R39; R9; R10	x	x	-
Transformação e comercialização	R37; R39; R9	x	x	-
Atividades complementares	R37; R39; R9; R18	x	x	-
Turismo rural	R37	x	x	-
Cadeias curtas de comercialização	R37; R39; R9; R10	x	x	x
Mercados locais	R10	x	x	x
Promoção dos produtos	R37; R10	x	x	x
Aldeias Inteligentes	R40	-	-	-
Valorização de património	R40	-	-	-
Cooperação territorial	R41	x	x	x

A implementação do Plano de Ação desta EDL através da atuação do GAL ADRAT implicará a dinamização de uma série importante de atividades, sempre baseadas nos princípios orientadores do LEADER, sustentadas numa importante capacitação da parceria e de toda estrutura técnica, de forma a obter uma reconhecida competência.

A abordagem territorial que parte de um território funcional, homogéneo e socialmente coerente

A abordagem integrada e multisectorial

A abordagem local e ascendente numa perspetiva de grande proximidade com as pessoas

A constituição de uma parceria local diversificada e representativa

A autonomia e descentralização das decisões e da gestão

A aposta na inovação e no conhecimento

A organização em rede e em cooperação